

CONSELHO DE REPÚBLICAS

NOTA DE IMPRENSA

O Conselho das Repúblicas alerta para uma situação de extrema precariedade e dificuldade pela qual passam não só as Repúblicas, como também milhares de pessoas frente à especulação imobiliária, gentrificação e ameaça ao direito à habitação.

As Repúblicas, reconhecidas pelo seu valor como parte do património imaterial da UNESCO, pela Universidade de Coimbra, Associação Académica de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e pelo Estado Português, assumem uma importância histórica e cultural inegável. Tal importância não só é afirmada por estas entidades, como também por toda uma comunidade que passa pelas casas, partilha vivências e projectos comunitários.

As Repúblicas são pólos culturais, sociais e políticos que participam de forma activa na vida quotidiana das cidades portuguesas, notavelmente em Coimbra, sendo que muitas figuras memoráveis e importantes nacionais e internacionais passaram por estes espaços. Estas casas rompem com valores hegemónicos individualistas, contrariando-os ao fomentar entornos de convivência e hospitalidade. Sendo casas abertas, não se cingem apenas à comunidade estudantil, mas também a um tecido intergeracional e internacional, criando espaços únicos de intercâmbio cultural. São casas onde a tradição de luta se mantém viva, consequência natural da formação como indivíduo e cidadão, proporcionada pela experiência distinta que cada uma oferece, num caminho de aprendizagem para a consciencialização social, política e comunitária.

Estes são momentos particularmente difíceis, onde milhares de trabalhadores ficaram em regime de *lay-off*, outros foram despedidos, muitas famílias que de um momento para o outro se viram sem rendimentos; isto só vem a agravar a precariedade da situação das Repúblicas. Para as casas, o ataque aos seus direitos não é recente, as protecções legais que as abrangem têm vindo a diminuir em sucessivas governações, como o Decreto-Lei 2/82 de 15 de janeiro, alterado pela Lei 12/85 de 20 de junho, e a chamada “Lei Cristas” (2012) como alteração ao Novo Regime de Arrendamento Urbano. Seguir os interesses dos senhorios fragiliza a condição das Repúblicas e compromete o seu futuro.

Actualmente, duas repúblicas estão sob ameaça iminente de fechar: República Solar do 44 e Solar Residência dos Estudantes Açorianos.

O Conselho das Repúblicas é o órgão máximo representativo e deliberativo das Repúblicas Estudantis de Coimbra e é através do mesmo que, por todos os motivos acima referidos, se exige o cumprimento da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente do Artigo 65º que garante o direito à habitação.

Deste modo, solicitamos o apoio dos meios de comunicação para divulgar a nossa situação precária e para apelar à defesa dos direitos humanos básicos.